RELATÓRIO

PROPOSTA TÉCNICA DE ALTERAÇÃO DOS LIMITES DA ZONA DE PROTECÇÃO ESPECIAL DO TEJO INTERNACIONAL, ERGES E PONSUL

ICNF
Janeiro 2018

Índice

Enquadramento 2
A situação da Águia-imperial-ibérica em Portugal e na região da Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul 4
Outras espécies que ocorrem na atual ZPE TIEP e na região envolvente 10
A insuficiência da atual Rede Natura 2000 para a proteção da águia imperial-ibérica 15
Definição do território a abranger pela alteração da ZPE TIEP 18
Bibliografia consultada 22
ANEXO I Métodos de obtenção dos dados da envolvente da ZPE TIEP 22

Citação recomendada
ICNF (2018). Proposta técnica de alteração dos limites da ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul. Janeiro 2018. ICNF. Relatório não publicado.

Enquadramento

A rede *Natura* 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário resultante da aplicação das Diretivas[1] nº 79/409/CEE (Diretiva Aves) e nº 92/43/CEE (Diretiva Habitats) e tem por "objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável".

Esta rede corresponde ao conjunto dos territórios abrangidos pelas Zonas de Proteção Especial (ZPE), classificadas ao abrigo da Diretiva Aves e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves[2], e seus habitats, e pelas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), que são sítios de importância comunitária, designados ao abrigo da Diretiva Habitats com o objetivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e das espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II) que não aves. Este conjunto de áreas, que em Portugal ainda não está completo, abrange, no que ao continente diz respeito, uma área total de ca. 4 823 000ha, dos quais 2 930 000ha aproximadamente é área marinha.

A rede *Natura* 2000 é pois composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social, recorrendo, para o efeito, aos diversos instrumentos económicos e regulamentares disponíveis para a sua gestão ativa e para o ordenamento das áreas onde ocorrem.

Os Estados-Membros classificam, nomeadamente, em zonas de proteção especial os territórios mais apropriados, em número e em extensão, para a conservação destas espécies. Neste contexto, entre estas medidas, conta-se designadamente a designação da atual Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (ZPE TIEP). Para efeitos de designação, são tomadas em consideração:
a) As espécies ameaçadas de extinção;
b) As espécies vulneráveis a certas modificações dos seus habitats;
c) As espécies consideradas raras, porque as suas populações são reduzidas ou porque a sua repartição local é restrita;
d) Outras espécies necessitando de atenção especial devido à especificidade do seu habitat.

No sentido de garantir os objetivos visados pela criação da rede *Natura* 2000, tanto as ZPE como as ZEC são sujeitas às medidas de conservação que se mostrem necessárias para a manutenção ou o restabelecimento num estado favorável de conservação dos valores que encerram, em conformidade com o art. 7º -B do diploma que transpõe as diretivas Aves e Habitats para o direito interno que estabelece o regime aplicável a estas áreas.

É neste contexto que em 1999, pelo Decreto-Lei nº384-B/99 de 23 de Setembro é criada a Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (ZPE TIEP), cujo território alberga uma comunidade importante de avifauna, destacando-se as espécies rupícolas que nidificam nas encostas do vale do rio Tejo e seus afluentes: Águia-real *Aquila chrysaetos*, Águia-de-bonelli *Aquila fasciata* Abutre-preto *Aegypius monachus*, Britango *Neophron percnopterus*, Grifo *Gyps fulvus*, Cegonha-preta *Ciconia nigra*, Bufo-real *Bubo bubo* e ainda Melro-azul *Monticola solitarius* e Chasco-preto *Oenanthe leucura.*

[1] Ambas transpostas para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24/04, republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 22/04, alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8/11

[2] Listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular

Os limites da atual ZPE, alvo de ajustamento em 2002, à luz dos critérios previstos na Diretiva, refletem a distribuição destas espécies que estiveram na origem da sua designação, tendo sido definidos basicamente de forma a incluir uma parte dos vales dos rios Tejo, Erges, Ponsul, Ribeira do Aravil e seus afluentes, que, na altura, se considerou conter uma concentração relevante de ninhos dessas espécies. Desde essa data, nova informação foi sendo coletada, corroborando a importância atual da ZPE e das zonas adjacentes para as espécies acima mencionadas. Para a generalidade das espécies em causa a atual ZPE dá proteção à maioria dos ninhos atualmente conhecidos.

Mais recentemente, consolidou-se a importância da ZPE e da zona envolvente para três outras espécies, duas das quais recolonizaram o território nacional enquanto nidificantes na década de 2000 - a Águia-imperial-ibérica *Aquila adalberti* e o Abutre-preto – e a terceira foi entretanto redescoberta nas zonas mais aplanadas e abertas, a Ganga *Pterocles alchata*, sendo atualmente o único núcleo reprodutor existente em Portugal. Estas três espécies têm categoria de ameaça "criticamente em perigo".

De salientar que a maioria das espécies acima mencionadas está incluída no anexo I da Directiva Aves, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril (D.R. n.º 96, Série I-A), republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro (D.R. n.º 39, Série I-A) e do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de Novembro (D.R. n.º 217, 2.º Suplemento, Série I). Portugal deve assegurar medidas especiais de conservação para estas espécies, nomeadamente classificando como ZPE as áreas que contém os territórios mais apropriados, em número e extensão, para a sua proteção.

Da monitorização anual da Águia-imperial-ibérica realizada pelo ICNF e pelos seus parceiros constata-se porém que a maioria dos ninhos utilizados por esta espécie na região se encontra fora dos limites da atual ZPE TIEP. Do total de 17 ninhos utilizados desde 2003 na zona do Tejo Internacional, 12 estão em área sem qualquer estatuto de conservação da natureza, estando quatro deles dentro da ZPE TIEP e um no Parque Natural do Tejo Internacional. Este cenário é relevante no contexto regional mas também ao nível nacional, dado que dos 48 ninhos usados desde 2003 em Portugal, cerca de 65% estão fora de ZPE. Este facto prende-se com a recente recolonização da espécie, tendo por consequência que Portugal não tem ainda ZPE cuja designação tenha sido motivada pela Águia-imperial-ibérica.

Estratégia ibérica e plano de ação nacional para a conservação da Águia-imperial-ibérica e plano de ação europeu

A águia-imperial-ibérica é uma das espécies alvo de um plano de ação europeu[3], o qual define as ameaças e as consequentes prioridades de intervenção para a redução destas, tendo por objetivo contribuir para melhorar o estatuto de ameaça da espécie. A Águia-imperial-ibérica está classificada como Vulnerável pela IUCN[4] e como Em Perigo Crítico pelo LVVP de Portugal (Cabral *et al*. 2004). Esse plano de ação europeu identifica entre outras ações a necessidade de incluir "os locais conhecidos de nidificação numa rede de áreas naturais protegidas".

Em termos ibéricos, Portugal e Espanha delinearam uma estratégia de intervenção dirigida à espécie, tendo presente a sua distribuição mundial (Fig. 1) – "Estratégia para a conservação da Águia-imperial-ibérica *Aquila adalberti* em Espanha e Portugal"-, comum aos dois países, documento que se encontra em fase final de aprovação. Este documento é uma das ferramentas de harmonização da intervenção nos dois países, prevista no "Memorando de Entendimento para o Lince-ibérico e para a Águia-imperial-ibérica entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha" assinado em 2004 pelas respetivas

[3] http://ec.europa.eu/environment/nature/conservation/wildbirds/action_plans/docs/aquila_adalberti.pdf
[4] http://www.iucnredlist.org/details/22696042/0

administrações. O conteúdo da Estratégia foi consolidado após um processo público participado e aguarda apenas a assinatura pelas respetivas administrações.

Figura 1. Distribuição mundial da Águia-imperial-ibérica (Fonte da informação: *BirdLife International and Handbook of the Birds of the World (2016) 2016. Aquila adalberti. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2016-3*)

O principal motor para a implementação desta Estratégia será o "Plano de Ação nacional para a conservação da Águia-imperial-ibérica" que se prevê iniciar em 2018. Estes planos de ação para espécies em particular constituem documentos orientadores que definem o estado de conservação da espécie e dos habitats de que depende e identificam as principais prioridades de conservação e como as atingir.

A situação da Águia-imperial-ibérica em Portugal e na região da Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul

A Águia-imperial-ibérica é uma das espécies mais emblemáticas da Península Ibérica. Esta águia é uma espécie endémica do oeste do Mediterrâneo, estando atualmente restrita à Península Ibérica, onde nidificam menos de 500 casais (dos quais 15 em Portugal). A Águia-imperial-ibérica terá desaparecido enquanto reprodutora em Portugal no início da década de 80. Indivíduos isolados continuaram a ser observados, mas a nidificação só voltou a ser confirmada em 2003, na envolvente do Parque Natural do Tejo Internacional. Desde aí, a população tem vindo a aumentar lentamente até atingir, em 2016, 15 casais confirmados. Devido à pequena dimensão desta população, e constituindo uma espécie de rapina rara no mundo, a Águia-imperial-ibérica está atualmente classificada como Vulnerável pela *Lista Vermelha da IUCN* (IUCN, 2008) e como Criticamente em Perigo pelo *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*.

Em Portugal, começou a criar na proximidade da Zona de Proteção Especial (ZPE) do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (2003), posteriormente confirmou-se a instalação de um casal na ZPE de Moura, Mourão, Barrancos (2006) e logo no ano seguinte um novo casal na ZPE de Castro Verde, rodeado nos anos seguintes por mais casais nesta ZPE e na ZPE do Vale do Guadiana, parcialmente coincidente com o Parque Natural do Vale do Guadiana. Mais recentemente (2014) um casal instalou-se na proximidade da ZPE de Veiros e da ZPE Monforte (Fig. 2).

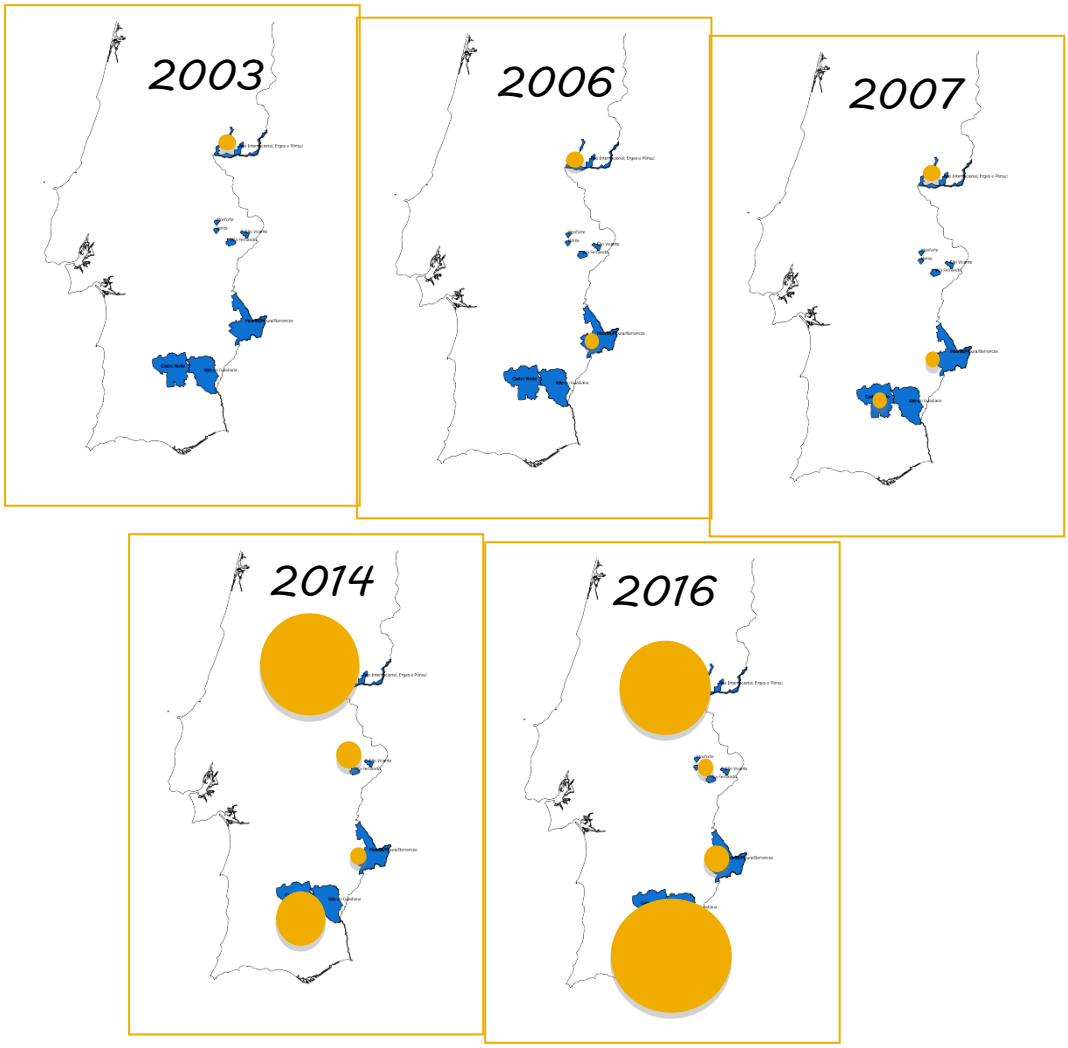


Figura 2. Principais marcos na evolução da distribuição da Águia-imperial-ibérica em Portugal e na relação entre o número de territórios por núcleo reprodutor. (Fonte da informação: GTAI/ICNF 2016).

Como se pode ver pela análise da Figura 2, a região do Tejo Internacional, em torno da ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul, destaca-se como um dos principais núcleos de nidificação da espécie em Portugal, a par da região de Castro Verde / Vale do Guadiana, a qual tem vindo a adquirir progressivamente maior importância. O núcleo do Tejo Internacional inclui o território mais antigo desde que a espécie retornou como nidificante a Portugal, estabelecido em 2003, e desde aí tem vindo a consolidar uma importância crescente no contexto nacional, com tendência a estabilizar em anos recentes. Esta estabilização desde 2013 em torno dos cinco casais está provavelmente relacionada com o facto da disponibilidade de Coelho-bravo, principal presa da espécie, ser muito reduzida e restrita a bolsas pontuais, que não permitem sustentar um maior número de territórios com sucesso.

O aumento verificado neste núcleo desde 2003 segue a tendência de crescimento da população reprodutora a nível nacional. O número de casais que ativam ninho em Portugal tem vindo a aumentar lentamente desde 2003 (Fig. 3), notando-se porém que diversos casais que ativam ninho não chegam a realizar postura, situação por vezes associada ao facto dos membros de alguns casais serem aves jovens e imaturas.

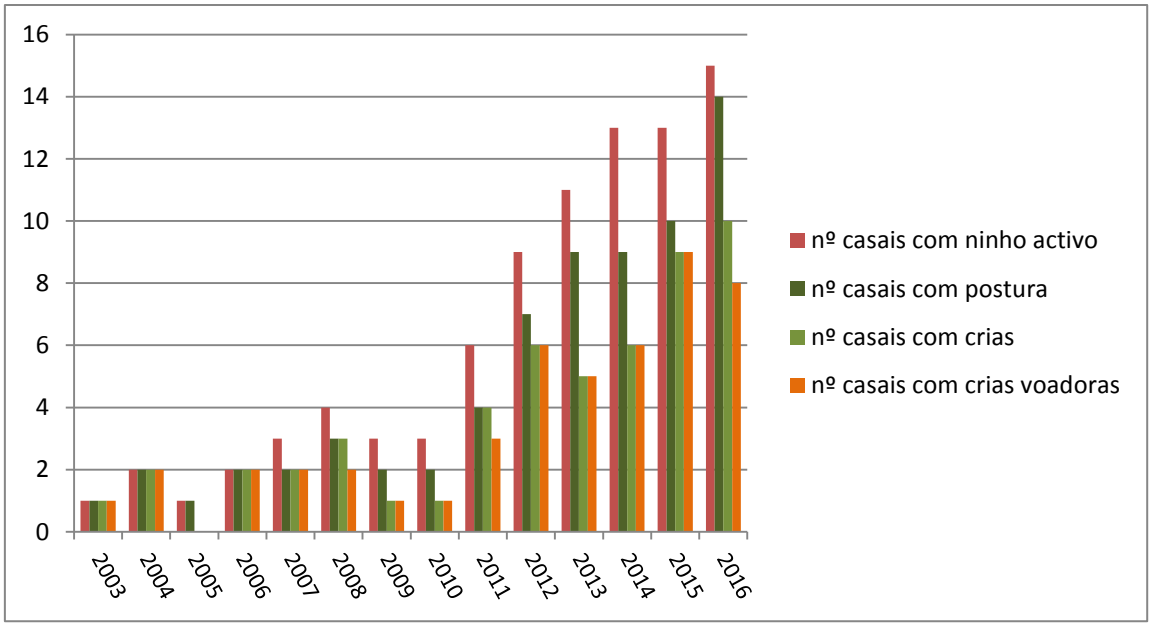


Figura 3. Evolução de diversos parâmetros reprodutores relacionados com o sucesso reprodutor da população portuguesa de Águia-imperial-ibérica (Fonte da informação: GTAI/ICNF 2016).

A importância do núcleo reprodutor do Tejo Internacional tem vindo a redefinir-se relativamente aos restantes núcleos que entretanto surgiram, constituindo atualmente o segundo núcleo mais relevante no contexto nacional. Contribuiu com cerca de 30% a 40% da população reprodutora nacional nos em 20165, 2016 e 2017 (Fig. 4). Detalhando as características da nidificação ocorrida entre 2003 e 2016 na região do Tejo Internacional, o número máximo de territórios ativados num determinado ano foi de cinco territórios, valor que se manteve nos anos 2013, 2015 e 2016 (Fig. 4).

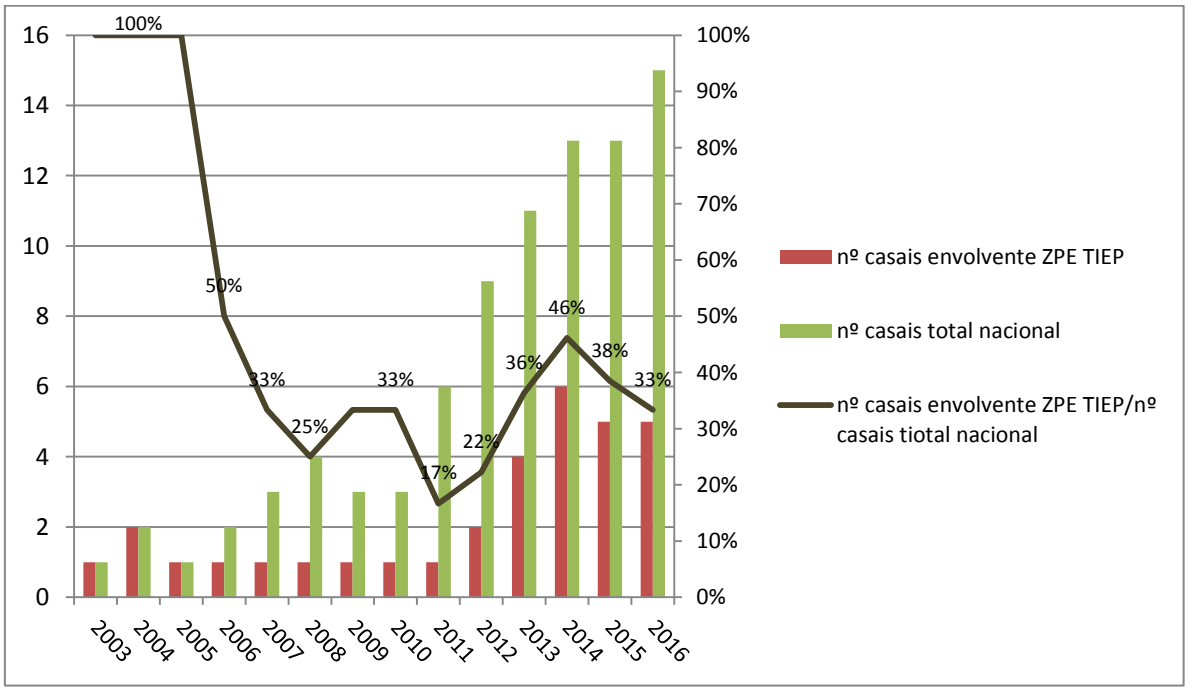


Figura 4. Evolução do número de casais reprodutores de Águia-imperial-ibérica na região envolvente da ZPE TIEP, entre 2003 e 2016, e importância relativa deste núcleo reprodutor no contexto da população nacional (Fonte da informação: GTAI/ICNF 2016).

Estes cinco territórios não são necessariamente os mesmos de ano para ano, sendo que anualmente são ativados novos territórios e alguns dos conhecidos deixam de ser ativados. É por isso que, desde

2003, nesta região foram ativados no total dez territórios, correspondentes a um total de 17 ninhos ativados (Fig. 5).

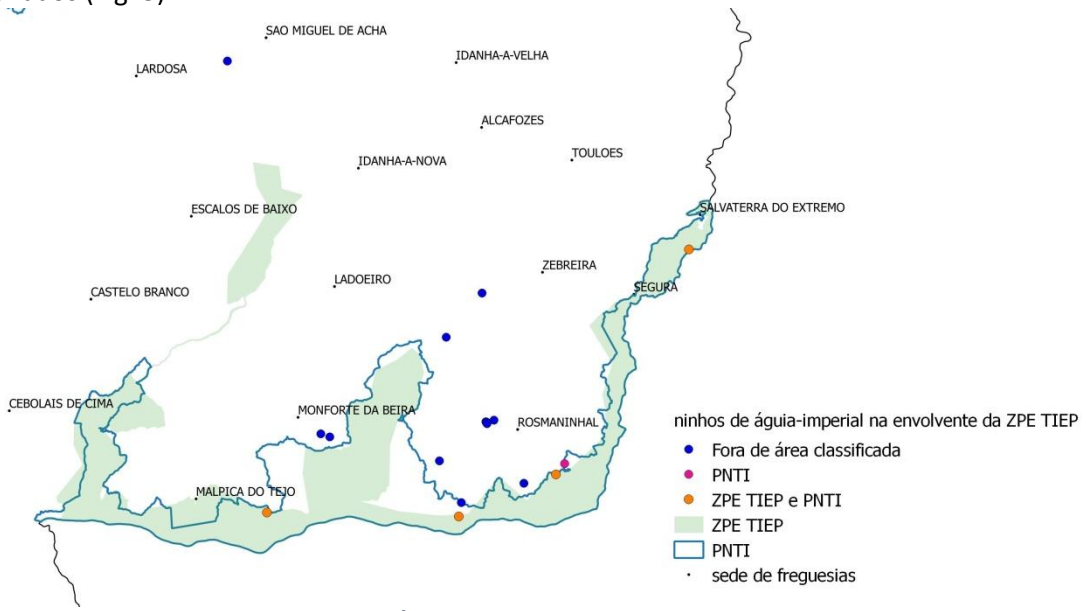


Figura 5. Localização dos ninhos de Águia-imperial-ibérica ativados, entre 2003 e 2016, relativamente à ZPE TIEP e ao PNTI (Fonte da informação: GTAI/ICNF 2016).

Um aspeto importante a salientar, porém, é o elevado número de desaparecimento e eventual substituição de membros dos casais. Ao nível nacional, até 2016, foram identificadas 24 situações de desaparecimento, a maioria por causas desconhecidas. Se tivermos em conta que até hoje tivemos de 15 casais no máximo (correspondente a 30 aves reprodutoras), um número tão elevado de substituições constitui um claro sinal de alarme. Na envolvente da ZPE TIEP, a situação é muito preocupante, com 13 situações de desaparecimento de uma das aves dos casais conhecidos (Tab. 1).

Tabela 1. Situações de desaparecimento e eventual posterior substituição de membros dos casais conhecidos de Águia-imperial-ibérica na ZPE TIEP e zona envolvente (Fonte: GTAI/ICNF 2017; dados inéditos).

Território	Data do desaparecimento	Substituição
Vale de Vide	1. ♀ desaparecida em Fevereiro de 2004	Substituída por ♀ xadrez-claro – Março 2004
	2. ♂ desapareceu após a época de reprodução de 2008	Substituído por ♂ xadrez-escuro – Fevereiro 2009
	3. ♀ desaparecida em 2017	Substituído por ♀ adulta
	4. ♂ desaparecido em 2017	Substituído por ♂ ainda a confirmar
Poupa (Morena)	5. ♂ desaparecido em 2011	Substituído por ♂ palhiço em 2012
Soalheira	6. ♂ desaparecida em 2013	Substituído por ♂ palhiço em 2014
	7. ♀ desapareceu no início de 2016	
	8. ♀ desaparecida no início de 2017	Substituída por ♀ xadrez-claro
	9. ♂ desaparecido no início de 2017	
Zebreira	10. ♀ desapareceu em Fevereiro de 2015	Território ativado em 2015 mas aves
	11. ♂ desapareceu em Fevereiro de 2015	desapareceram logo no início da época.
Monforte	12. ♀ desapareceu após época de 2016	Substituída por ♀ xadrez-escuro Nov. de 2016
	13. Nova ♀ desaparece em janeiro de 2017	Substituída por ♀ subadulta no início de 2017
	14. ♂ desaparece em janeiro de 2017	Substituído por ♂ xadrez-escuro no início de 2017
Taveiró	15. ♀ desaparecida no início de 2017	Não substituída até Abril 2017

Estes desaparecimentos são claramente indiciadores de ocorrência de mortalidade não natural, dado que numa situação normal as aves não desaparecem com a frequência aqui detetada, nem desaparecem ambas as aves do casal em simultâneo, nem durante a época reprodutora. Considerando que o núcleo do Tejo Internacional contribuiu em 2016 com cerca de 38% dos territórios nacionais, o facto de contribuir para uma taxa de desaparecimento de aves na ordem dos 56% do total de desaparecimentos nacionais, indicia uma mortalidade não natural particularmente grave na região, derivada da potencial perseguição dirigida às espécies selvagens.

A acrescentar a esta situação, constata-se que as principais áreas de alimentação destes casais se localizam também fora da atual ZPE TIEP (Fig. 6), análise baseada nos movimentos conhecidos dos membros do casal. Salienta-se que estas áreas de alimentação são usadas com muita frequência, por longos períodos em voos de caça, durante o período de reprodução e mais tarde pelos juvenis voadores. Nestas zonas, as aves são mais suscetíveis a ameaças já conhecidas, tais como a eletrocussão ou a colisão com as linhas elétricas, bem como ao envenenamento ou captura em armadilhas dirigidos a predadores. Assim, estes casais dependem da manutenção das condições ecológicas desses habitats que proporcionam alimento em diferentes fases do ciclo de vida da espécie. Alterações significativas dos usos do solo (como por exemplo, conversão para regadio, florestação para produção) poderão comprometer estes territórios de alimentação e inviabilizar a manutenção das populações das espécies que se pretendeu proteger.

.

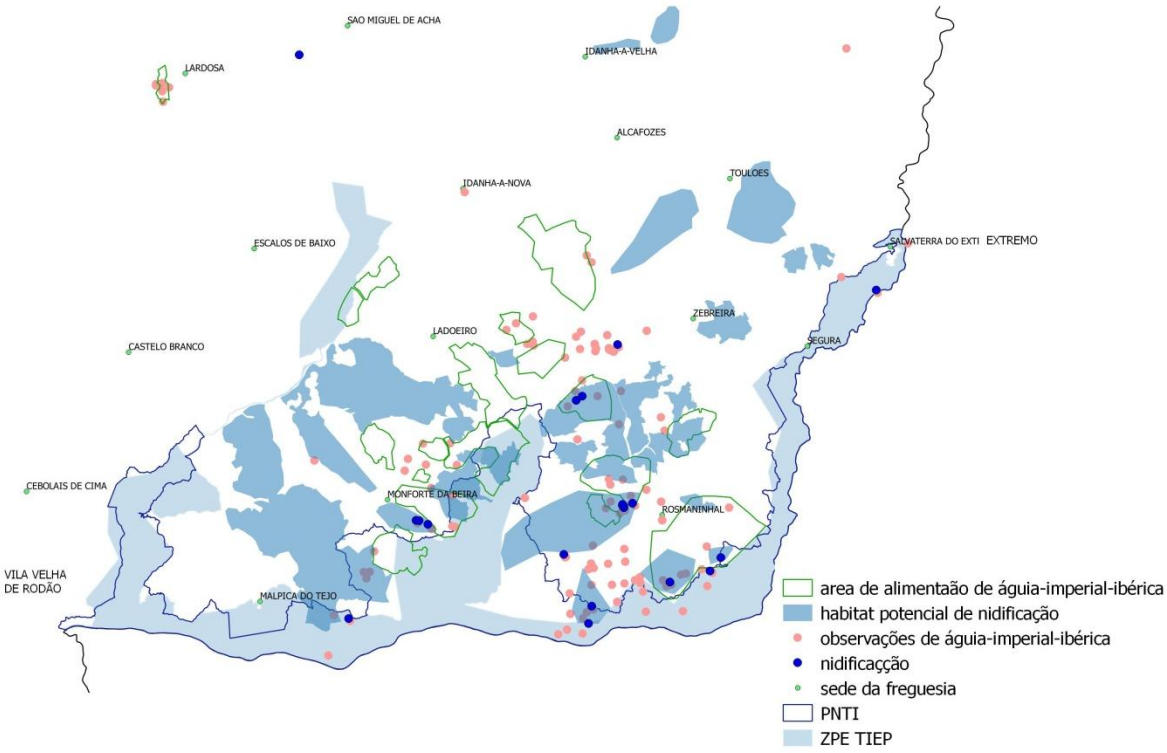


Figura 6. Localização das áreas de alimentação conhecidas dos casais de Águia-imperial-ibérica, do habitat potencial de nidificação e das observações da espécie coligidas até 2015 na envolvente da ZPE TIEP (Fonte da informação: GTAI/ICNF 2016).

Na figura 6 podemos ainda verificar o intenso uso da área envolvente à atual ZPE TIEP por indivíduos de Águia-imperial-ibérica, quer dos casais conhecidos quer imaturos e adultos com origem muito provável nas áreas de nidificação circundantes em Espanha.

Considerando que a dieta da águia-imperial depende em grande medida de Coelho-bravo, convém referir neste contexto que a abundancia desta espécie tem vindo a diminuir fortemente na região. Os censos realizados na envolvente dos ninhos mostram que a presença de Coelho-bravo é muito baixa

(Fig. 7), o que implica que estas aves têm que se deslocar distancias relativamente elevadas para procurar alimento, tornando-se mais suscetíveis às ameaças. O estudo da dieta dos casais que criaram com sucesso na área mostra que a percentagem de Coelho-bravo na dieta é mais baixa do que o que seria necessário para manter a produtividade média dos casais (Roberto Sánchez, dados inéditos), o que revela que a produtividade nesta região está fortemente condicionada pela disponibilidade de presas.

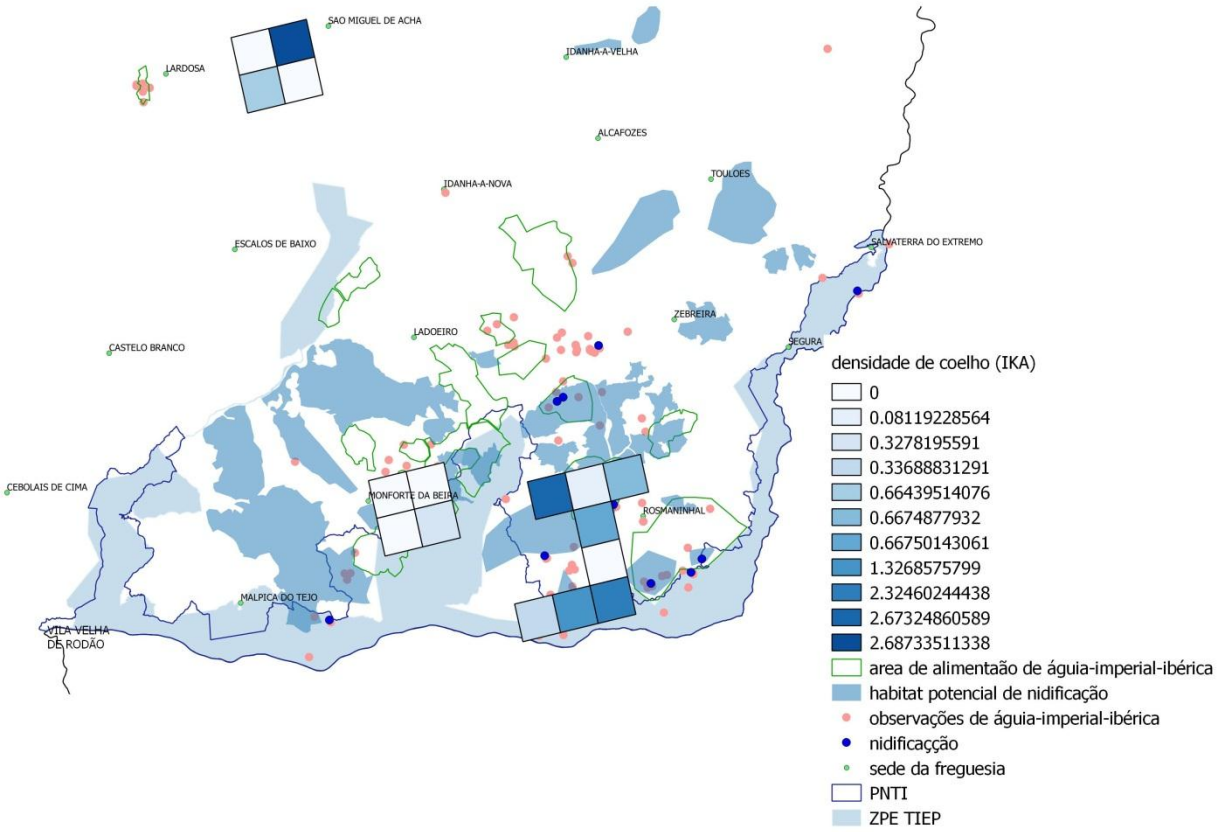


Figura 7. Resultados do censo de Coelho-bravo na zona do PNTI e sua envolvente (Fonte da informação: GTAI/ICNF 2016).

Um último aspeto importante a ter em conta é a existência de habitat potencial de nidificação da espécie nas áreas envolventes à atual ZPE, designadamente áreas de sobro e de azinhal denso, algumas de dimensões consideráveis. Relembra-se que em 2016 ocorreu a segunda situação de nidificação em azinheira conhecida em Portugal desde 2003, tendo sido a primeira em 2004 na zona de Salvaterra do Extremo. Salienta-se porém que nestas áreas o esforço de prospeção de novos territórios neste tipo de habitat é ainda relativamente baixo, pelo que a possibilidade de existir algum território ainda desconhecido nestas zonas é elevada. Neste aspeto, salientam-se também as inúmeras observações de aves imaturas já referidas e que mostram esta zona do Tejo Internacional como particularmente potencial para instalação de novos casais em busca de território.

Pelo acima exposto, a importância da região no contexto nacional requer também uma atuação dirigida às principais causas de mortalidade não natural conhecida para esta espécie. Ao nível nacional as causas de mortalidade não natural detetadas, através dos cadáveres encontrados até ao momento, são as seguintes:

- A eletrocussão foi a principal causa de morte não natural conhecida, afetando essencialmente aves não reprodutoras. Apenas se confirma um caso de morte de um indivíduo de um membro de um casal conhecido, no sul de Portugal. Adicionalmente, morreu um juvenil já voador na proximidade do seu ninho. Em 2015 e 2016, detetou-se uma ave eletrocutada numa linha.

Desde 2003, detetaram-se até momento 13 aves eletrocutadas, tendo-se porém a noção que o número real de aves afetadas será certamente muito superior. A correção de linhas elétricas efetuada pela EDP-Distribuição tem expressão mais relevante dentro das AP e da Rede natura 2000, sendo que um número significativo destes casos de mortalidade ocorreu fora destas áreas.

- A segunda causa de morte não natural conhecida é o envenenamento, num total de duas aves confirmadas (uma delas membro de um dos casais conhecidos) e uma terceira com fortes suspeitas (o segundo membro do mesmo casal).
- O abate a tiro constituiu outra causa de morte não natural, com um caso confirmado, possivelmente dois.
- Uma ave, diagnosticada com aspergilose ou tuberculose, viria a morrer durante o tratamento. Este ainda pode ter sido um caso de causa de morte não natural, pois a ave pode ter ficado debilitada no seguimento de um processo de marcação inadequada com transmissores.

Em resumo, a situação na região do Tejo Internacional reflete uma realidade preocupante onde as ameaças conhecidas ou outras ainda não detetadas estão a afetar negativamente a população. Esta constatação confronta-nos com a necessidade de atuar nesta região de uma forma mais assertiva que permita reduzir as fontes de mortalidade que afetam a Águia-imperial-ibérica mas certamente as outras espécies de rapinas, em particular as grandes águias e abutres.

Outras espécies que ocorrem na atual ZPE TIEP e na região envolvente

Para além da Águia-imperial-ibérica, a região do Tejo Internacional alberga um número muito alargado de espécies de avifauna tendo sido registados mais de 170 espécies de ocorrência regular das quais cerca de 100 são nidificantes.

Destas destacam-se algumas espécies abrangidas pelo âmbito do Artigo 4º da Diretiva Aves, que, tal como a Águia-imperial-ibérica, justificam a adoção de medidas de conservação especial respeitantes ao seu habitat, de modo a garantir a sua sobrevivência e a sua reprodução na sua área de distribuição, espécies estas que estiveram na origem da designação da atual ZPE TIEP. Nestas destacam-se as espécies rupícolas que encontram nas arribas do Rio Tejo e seus afluentes habitat de nidificação particularmente adequado. A Tabela 2 lista as várias espécies para as quais se considera que a atual ZPE adquire particular importância, referindo os valores conhecidos de abundancia dos seus efetivos. Nesta tabela assinalam-se ainda três espécies que ocorrem na envolvente da atual ZPE e para as quais se considera que a região contribui de forma significativa no contexto nacional.

Ao nível do habitat, a envolvente da ZPE inclui por sua vez duas áreas muito relevantes:

1) Áreas de Montados de Sobro e Azinho, que albergam um número considerável de espécies para além da Águia-imperial-ibérica, tais como a Cegonha-preta, Águia-cobreira, Águia-calçada, Milhafre-preto, Bútio, Peneireiro-cinzento, Cuco-rabilongo, Toutinegra-real, Pardal-francês.
2) E áreas abertas intercaladas com zonas de matos pouco densos, de grade importância como zona de alimentação das espécies referidas anteriormente, assim do Tartaranhão-cinzento, do Tartaranhão-caçador, do Sisão, do Cortiçol-de-barriga-preta, do Alcaravão e do Cortiçol-de-barriga-branca.

Tabela 2 – Tabela que identifica as espécies prioritárias na envolvente da ZPE TIEP, sua categoria de ameaça e abundância na área abrangida pela atual ZPE TIEP e ainda o contributo da ZPE alargada.[5]
A sombreado: espécies com tendência de longo prazo negativa (Relatório Artigo 12º).
Categoria de ameaça segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al* 2005).
Fonte da informação sobre a abundância regional: ver Anexo I.
Fonte da informação sobre a população nacional: [1.] Equipa Atlas 2008. Atlas das Aves Nidificantes em Portugal; [2.] EIONET (2014). National Report of Portugal for Article 12 of Birds Directive, for the period 2008-2012. Annex 2: Bird species' status and trends reporting format for the period 2008-2012.; [3.] LVVP (2004); 4 – Carlos Pacheco (dados inéditos)

Espécie	Categoria de ameaça	Abundância		População nidificante nacional (data de compilação dos dados) (fonte)
		ZPE TIEP (casais)	Zona alargada ZPE	
Cegonha-preta *Ciconia nigra*	VU	23 casais	2-4 casais Áreas de alimentação	97-115 (2002-2004)[1]
Britango *Neophron percnopterus*	EN	18 casais	0 Áreas de alimentação	80-84 casais (2000)[3]
Abutre-preto *Aegypius monachus*	CR	10 casais	1-2 casal Áreas de alimentação	11 (2016)[4]
Cortiçol-de-barriga-preta *Pterocles orientalis*	EN	-	3-5 casais Locais de nidificação e invernada; muito significativo regionalmente; núcleo isolado	258 ind.[1.]
Sisão *Tetrax tetrax*	EN	-	5-15 machos territoriais Locais de nidificação e invernada de uma proporção muito significativa da população regional	17500 machos[1.]
Ganga *Pterocles alchata*	CR	8-10	Áreas de alimentação, inclusão da totalidade da área de nidificação e única área provável de invernada em Portugal	13-17 (2013)[4]
Tartaranhão-caçador *Circus pygargus*	EN	-	Áreas de nidificação 3 a 5 casais	Não estimada
Adicionalmente:				
Águia-real *Aquila chrysaetos*	EN	8	0-1 casais Áreas de alimentação de todos os casais conhecidos	64-80 casais (2012)[2]
Águia de Bonelli *Aquila fasciata*	EN	7	0-1 casais Áreas de alimentação de todos os casais conhecidos	128-150 (2012)[2]

Dessas espécies, destacam-se por sua vez, em particular o Abutre-preto, a Ganga e o Cortiçol-de-barriga-preta, e ainda o Sisão e o Tartaranhão-caçador num contexto mais regional, cujas populações, a nível nacional, apresentam tendências de longo prazo negativas conforme recente avaliação efetuada no âmbito do relatório nacional de aplicação do art.º 12º da Diretiva Aves. A distribuição de algumas destas espécies (Fig. 8) reflete a importância da região do Tejo Internacional no contexto nacional para algumas das espécies nidificantes acima referidas, constituindo dos principais núcleos de espécies como o Abutre-preto, a Águia-real, a Ganga, o Britango e a Cegonha-preta, para além da Águia-imperial-ibérica.

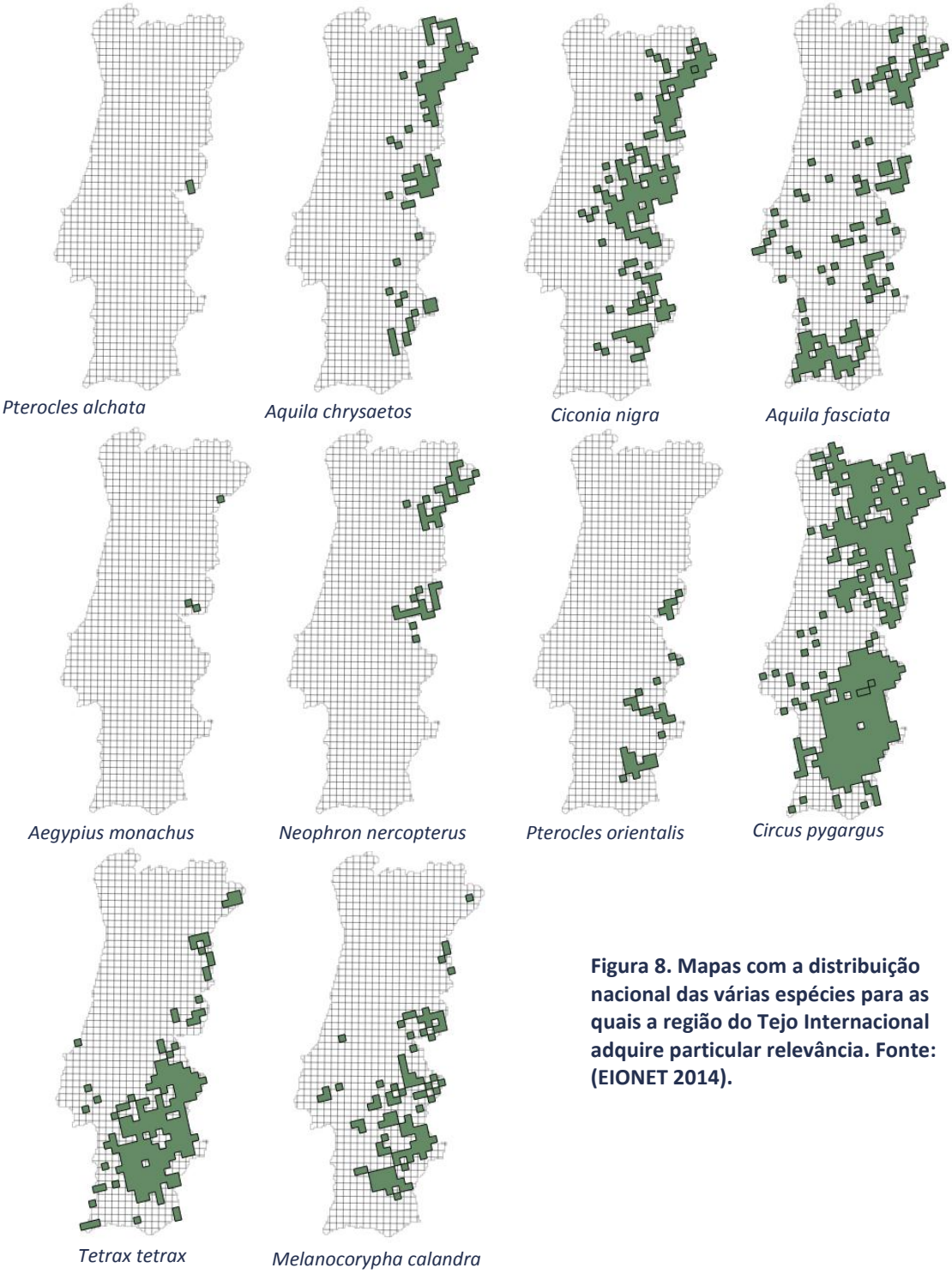
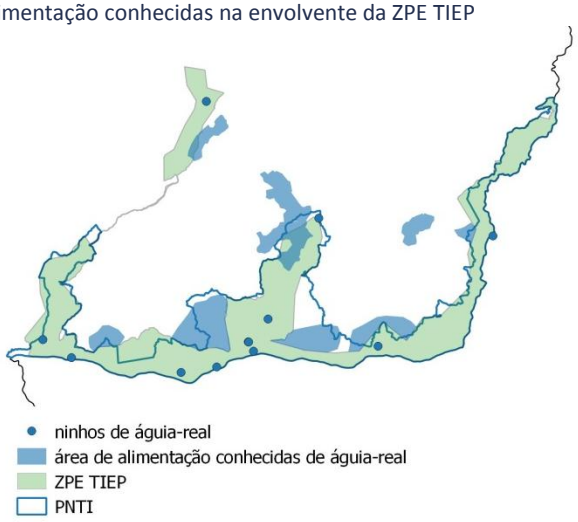


Figura 8. Mapas com a distribuição nacional das várias espécies para as quais a região do Tejo Internacional adquire particular relevância. Fonte: (EIONET 2014).

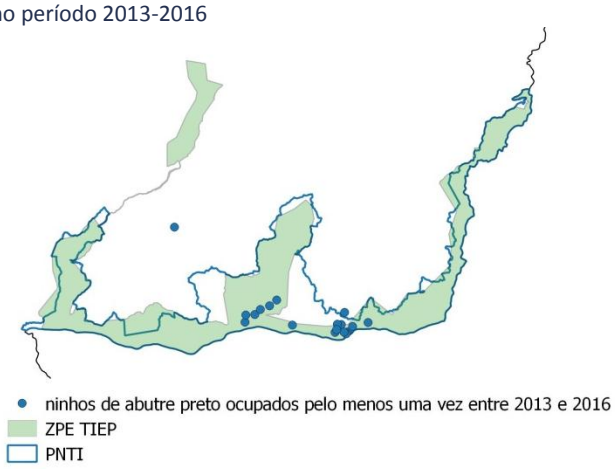
Algumas das espécies referidas estão fortemente dependentes de áreas de habitat pseudo-estepário existentes na envolvente dos atuais limites da ZPE, habitat este que que se encontra em forte regressão ao nível regional, à semelhança do que se observa no restante território nacional. O abandono das culturas cerealíferas, assim como da agricultura, associado à intensificação da atividade cinegética e perturbação humana, levou à quase extinção da Ganga. Essas zonas são atualmente na sua maioria utilizadas pela Águia-imperial-ibérica para caçar, pois são zonas abertas onde se localizam as espécies estepárias anteriormente referidas, mas também onde ainda ocorre Lebre e Coelho-bravo, este último em baixas densidades.

Detalhando a informação disponível sobre a distribuição de nidificação das espécies acima mencionadas para a área da ZPE TIEP e área envolvente (Fig. 9), bem como as áreas conhecidas de alimentação de algumas destas espécies, reitera-se a importância da ZPE TIEP. No entanto, ressalva-se que a monitorização dedicada a estas espécies está essencialmente restrita à atual ZPE, portanto os valores naturais apresentados estarão com grande probabilidade subvalorizados.

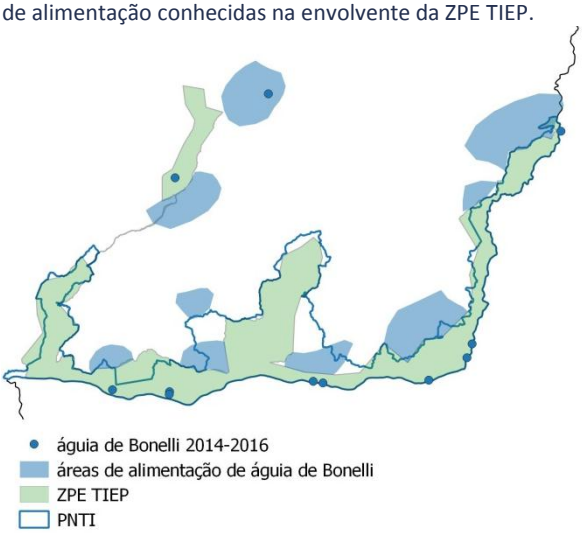
9 a) – Águia-real *Aquila chrysaetos*: áreas de nidificação e alimentação conhecidas na envolvente da ZPE TIEP



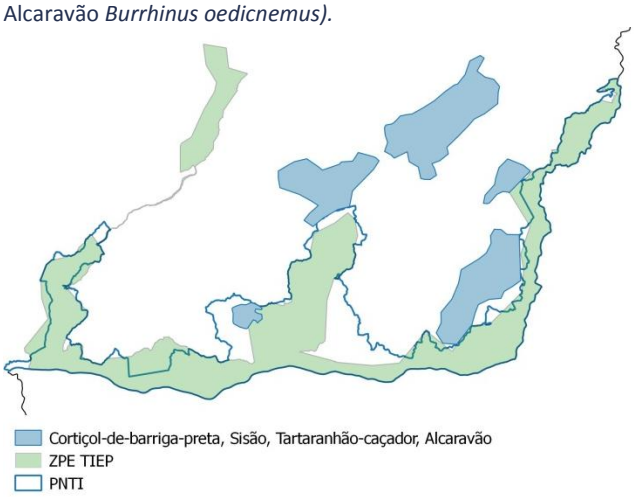
9 b) – Abutre-preto *Aegypius monachus*: ninhos conhecidos no período 2013-2016



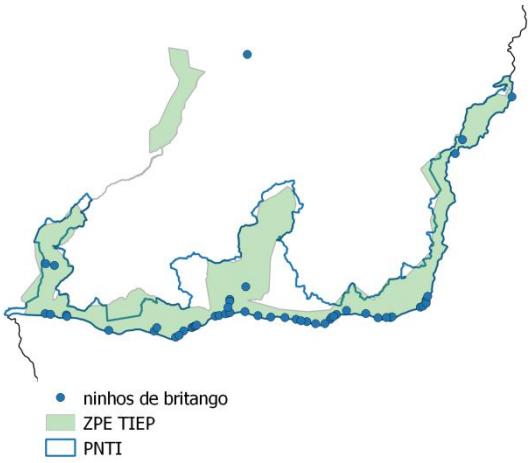
9 c) – Águia-de-Bonelli *Aquila fasciata*: áreas de nidificação e de alimentação conhecidas na envolvente da ZPE TIEP.



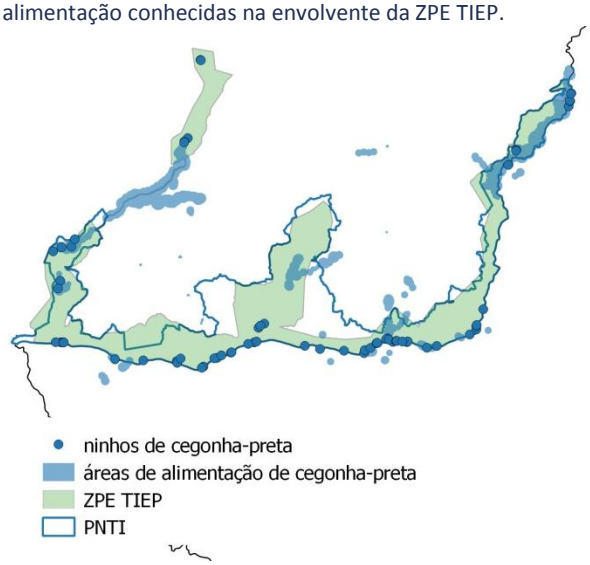
9 d) – Área de ocorrência de outras espécies relevantes que corroboram a importância da área envolvente da ZPE TIEP para a avifauna (Cortiçol-de-barriga-preta *Pterocles orientalis*, Sisão *Tetrax tetrax*, Tartaranhão-caçador *Circus pygargus* e Alcaravão *Burrhinus oedicnemus).*



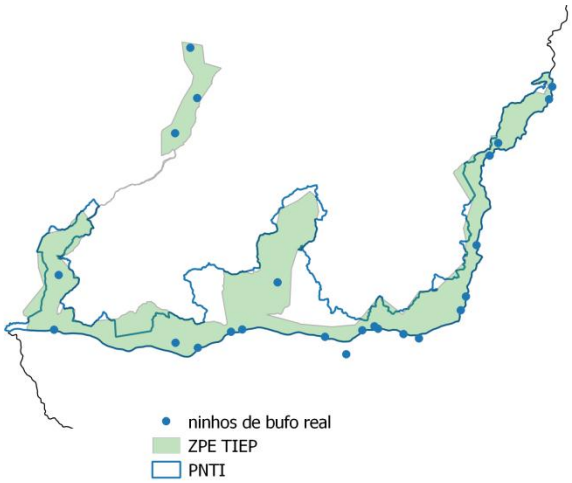
9 e) – Britango *Neophron percnopterus*: área de nidificação conhecida na envolvente da ZPE TIEP



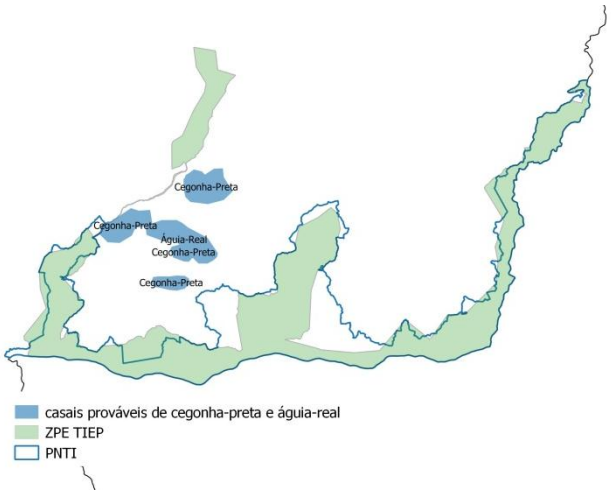
9 f) – Cegonha-preta *Ciconia nigra*: áreas de nidificação e de alimentação conhecidas na envolvente da ZPE TIEP.



9 g) – Bufo-real *Bubo bubo*: área de nidificação conhecida na envolvente da ZPE TIEP



9 h) – Casais prováveis de cegonha-preta e águia-real na envolvente da ZPE TIEP.



9 i) – Ganga *Pterocles alchata*: observações e áreas de nidificação e distribuição conhecidas na envolvente da ZPE TIEP

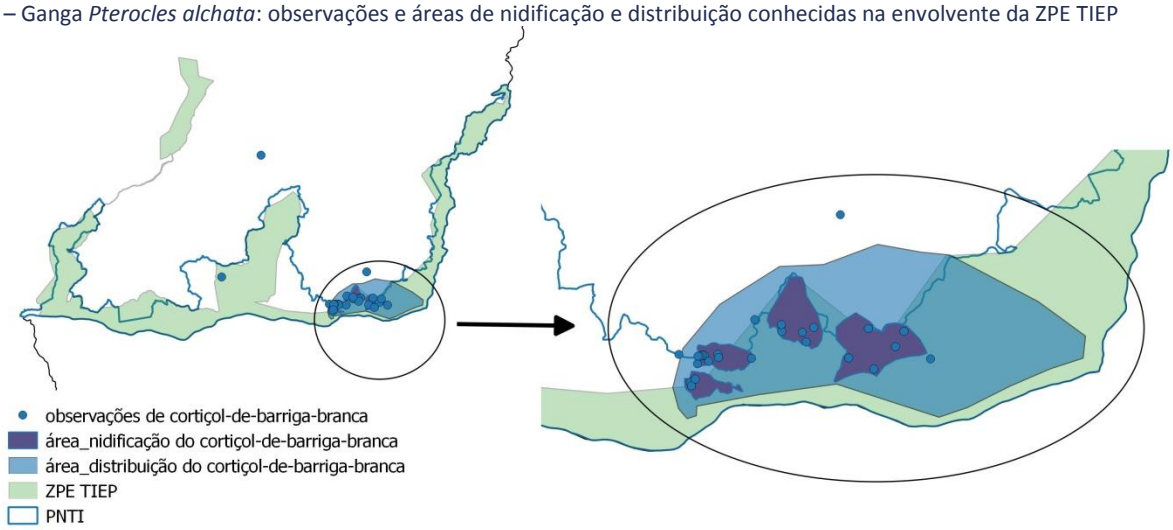
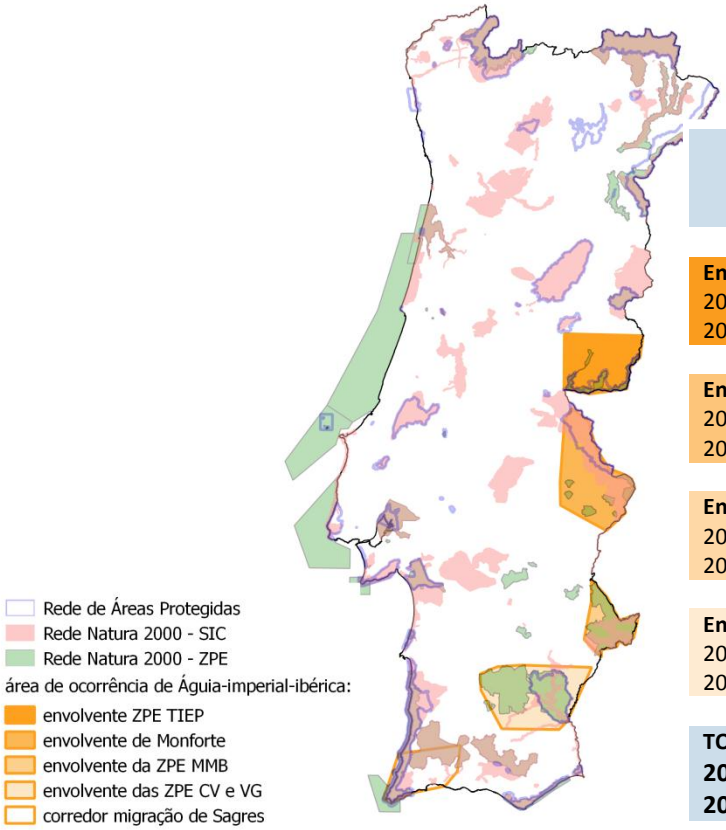


Figura 9. Mapas com a distribuição das áreas prioritárias de nidificação e/ou alimentação das espécies rupícolas e estepárias na ZPE TIEP e sua envolvente (Fonte da informação: PNTI e dados inéditos compilados por Carlos Pacheco).

Na Figura 9 acima acrescentou-se ainda a importância da atual ZPE para Bufo-real *Bubo bubo* (Fig. 8g), espécie protegida relevante da avifauna noturna, bem como o Alcaravão *Burhinus oedicnemus* (Fig. 8d), que apesar de ser uma espécie com categoria de ameaça *Quase ameaçada* tem na região uma população com várias dezenas de casais, sendo as áreas incluídas na envolvente da atual ZPE das mais importantes para nidificação desta espécie no contexto regional. De assinalar ainda a situação da Calhandra-real *Melanocorypha calandra* que partilha a mesma categoria de ameaça mas que tem na ZPE cerca de 2-5 casais, portanto está numa situação de pré –extinção nesta área classificada. Na área envolvente da ZPE ocorrem porém as principais áreas de nidificação na região, onde ocorrem várias dezenas de casais (Fig. 9).

A insuficiência da atual Rede Natura 2000 para a proteção da águia imperial-ibérica

Até ao momento, e com algumas exceções pontuais, considera-se que em termos gerais as ZPE classificadas em Portugal refletem apropriadamente as áreas mais adequadas para a manutenção em estado favorável das populações de aves selvagens abrangidas pela Diretiva Aves ocorrentes em Portugal Continental. No entanto, e pese embora que parte da área de distribuição de nidificação da Águia-imperial-ibérica se encontra abrangida por algum estatuto de proteção de conservação da natureza (Fig. 10), a atual rede nacional de ZPE não tem na origem da sua designação a inclusão dos territórios mais apropriados, em número e em extensão, para a conservação da Águia-imperial-ibérica, dada a recente recolonização da espécie.



Número de ninhos ativados	Dentro de ZPE	Fora ZPE
Envolvente núcleo ZPE TIEP		
2003-2016	4	13
2016	1	4
Envolvente núcleo Monforte		
2003-2016	0	3
2016	0	1
Envolvente núcleo ZPE MMB		
2003-2016	6	0
2016	2	0
Envolvente núcleo ZPE VG e ZPE CV		
2003-2016	7	15
2016	3	5
TOTAL		
2003-2016	**17**	**31**
2016	**6**	**10**

Figura 10. Relação entre a área de ocorrência, o número de ninhos de Águia-imperial-ibérica ativados no período de 2003-2016 e apenas em 2016, e as áreas classificada como Zona de Proteção Especial, como Sítio de Interesse Comunitário ou como Área Protegida. Salienta-se que um determinado casal pode ativar mais do que um ninho numa determinada época reprodutora.

Assim, na época de reprodução de 2016 em particular (Fig. 10), verifica-se que do total de 16 ninhos ativados em território nacional, correspondentes a 15 casais reprodutores, apenas seis ninhos estão em área classificada como ZPE, sendo que dois estão em área classificada como SIC. Se alargarmos esta análise para o período entre 2003 e 2016, período em que foram ativados 48 ninhos de Águia-imperial-ibérica, então 35% (17 ninhos) estavam dentro de área classificada como ZPE. Acresce que dos 31 ninhos fora de ZPE, onze ninhos (35%) estão em área classificada ao abrigo de outro estatuto de conservação da natureza. (Fig. 10 e 11).

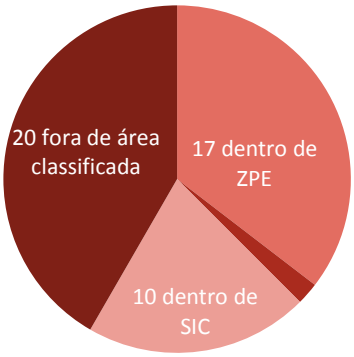


Figura 11. Relação entre o número de ninhos de Águia-imperial-ibérica ativados em território nacional no período de 2003 a 2016, localizados em área classificada como Zona de Proteção Especial, como Sítio de Importância Comunitária ou como Área Protegida.

Pelo acima exposto e tendo presente o estatuto de ameaça desta espécie - que constitui umas das mais ameaçadas da Europa e cuja ocorrência ibérica implica necessariamente a responsabilidade acrescida de Portugal na sua conservação -, ressalva-se a necessidade de ponderar a inclusão das áreas mais apropriadas em número e extensão para a proteção desta espécie na Rede Natura 2000.

Analisando a Figura 10 na perspetiva de quais as áreas em Portugal onde a ausência de proteção do território surge como mais relevante, identifica-se que nos dois principais núcleos mais importantes da espécie uma percentagem de ninhos se encontra fora das atuais ZPE – na envolvente da ZPE TIEP cerca de 69% no período de 2003 a 2016 e 75% no ano de 2016, e na envolvente da ZPE VG e CV cerca de 53% no período de 2003 a 2016 e 40% no ano de 2016. Desta análise, ressalva o núcleo do PNTI como mais relevante para designação como ZPE, situação também associada ao facto da atual ZPE TIEP se restringir como vimos às espécies rupícolas nidificantes nas escarpas dos rios Tejo, Ponsul, Aravil e Erges. Por outro lado, salienta-se que a população de Águia-imperial-ibérica em Portugal está ainda restrita a núcleos relativamente restritos em termos de área e com poucos territórios e portanto suscetíveis a alterações que possam surgir nas atuais condições de nidificação. Efeitos estocásticos inesperados podem facilmente afetar negativamente um determinado núcleo reprodutor e consequentemente a população nacional. Neste contexto, faz sentido potenciar a proteção do maior número de núcleos reprodutores e, também por esta razão, a envolvente do PNTI adquire particular importância. De ressalvar também que a designação como ZPE por si não assegura a sobrevivência da espécie, mas claramente identifica áreas prioritárias onde a proteção da espécie é mais facilmente potenciada e onde as medidas de gestão dirigidas à melhoria das condições de sobrevivência da espécie devem ter maior preponderância.

Melhorar a adequabilidade da ZPE Tejo Internacional, Erges e Ponsul para proteção da Águia-imperial-ibérica

Na situação particular do núcleo reprodutor da envolvente da ZPE TIEP, constata-se que do total de 17 ninhos ativados entre 2003 e 2016 pelos dez casais distintos que já criaram na área, apenas quatro ninhos estavam dentro da atual ZPE TIEP (Fig. 12), correspondendo a 23% do total de ninhos conhecidos na zona.

Estes ninhos pertencem a quatro territórios distintos, cujos ninhos foram ocupados por um ou dois anos. Acrescenta-se que dos 13 ninhos naturais que se localizam fora da ZPE TIEP, um deles está abrangido pelo Parque Natural do Tejo Internacional, restando 12 ninhos em área sem proteção desta natureza. E por fim, de referir que um dos ninhos dentro da atual ZPE TIEP acima referidos constitui uma plataforma artificial construída pelo GTAI em 2014.

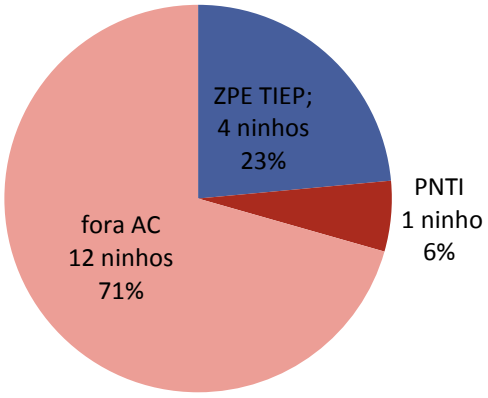


Figura 12. Relação entre o número de ninhos de Águia-imperial-ibérica ativados na envolvente da ZPE TIEP, no período de 2003 a 2016, localizados em área classificada como Zona de Proteção Especial ou como Área Protegida.

Concentrando a análise na época de reprodução de 2016, foram ativados cinco territórios, o que constitui o número máximo de território ativados até ao momento na região. Estes cinco casais ativaram um total de seis ninhos (Fig. 13), cinco dos quais se localizava fora da atual ZPE TIEP.

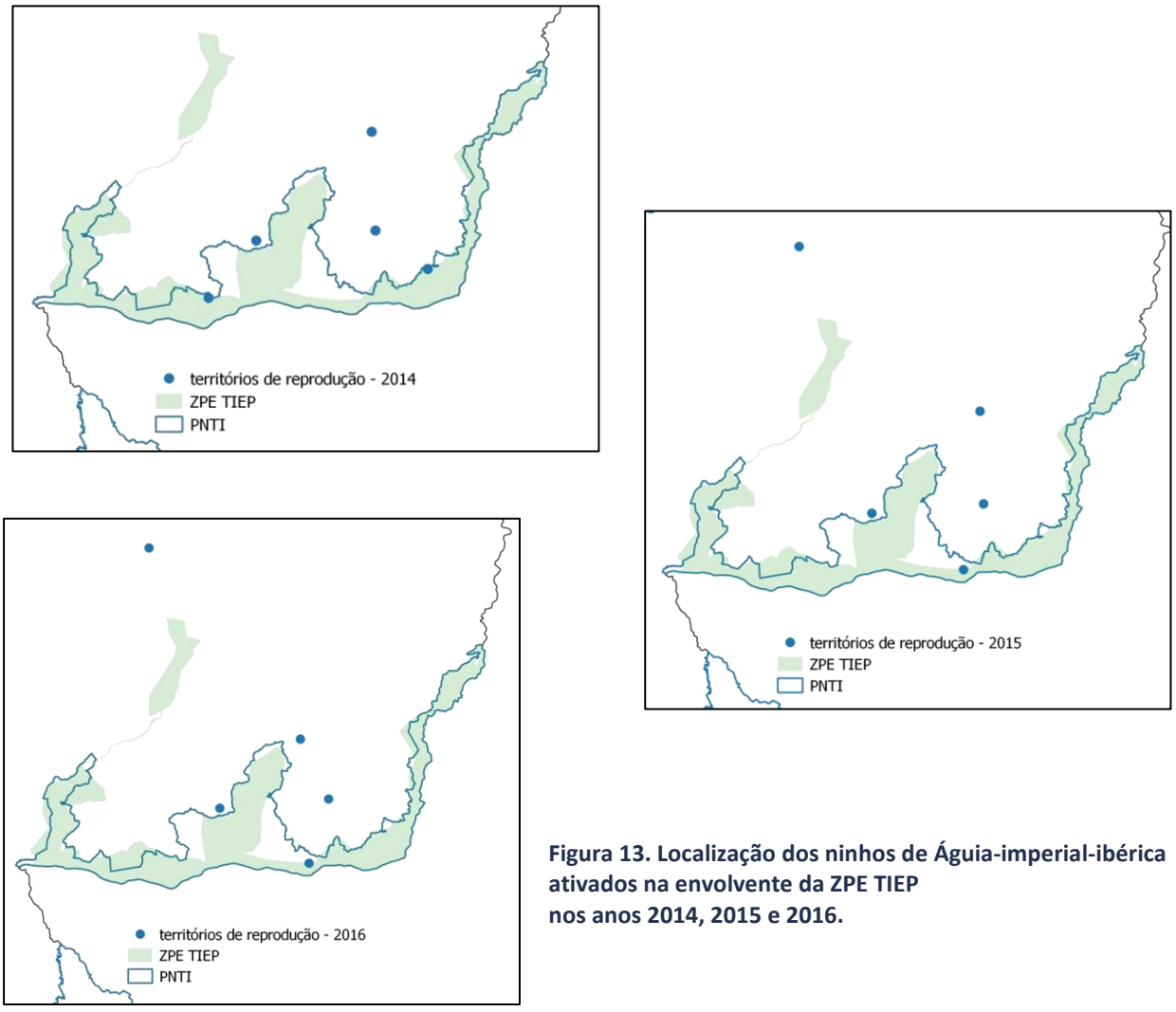


Figura 13. Localização dos ninhos de Águia-imperial-ibérica ativados na envolvente da ZPE TIEP nos anos 2014, 2015 e 2016.

Como já referido, na época de 2016 em particular, quatro dos cinco territórios ativados localizavam-se fora da ZPE. Destes cinco territórios, um localiza-se na freguesia de Orca, constituindo o ninho mais setentrional em Portugal, relativamente afastado do núcleo mais próximo da ZPE TIEP. Os outros quatro territórios constituem territórios relativamente estáveis (Fig. 13):

- um deles é o território mais antigo em Portugal desde a recente recolonização enquanto nidificante em 2003, na freguesia do Rosmaninhal
- o segundo território tem sido ocupado desde 2013 na freguesia de Monforte da Beira;
- o terceiro território foi ocupado em 2015 e 2016 mas a fêmea já tinha ocupado um outro território em 2012, na freguesia do Rosmaninhal;
- o quarto território foi detetado em 2013, constituindo (em 2016 e 2017) a segunda situação de nidificação em azinheira, também na freguesia do Rosmaninhal.

Ademais, da análise da Figura 13 confirma-se que apenas dois dos sete ninhos ativados nos últimos três anos se localizaram dentro da ZPE TIEP. E por fim, salienta-se, mais uma vez, que uma parte significativa do habitat potencial de nidificação da espécie (montado e azinhal) bem como das áreas de alimentação atuais estão localizadas igualmente fora da atual ZPE.

Definição do território a abranger pela alteração da ZPE TIEP

Com base no exposto nos vários pontos acima referidos, identifica-se que o alargamento da atual ZPE:

- ✓ Inclui uma parte significativa dos ninhos de Águia-imperial-ibérica atualmente sem proteção desta natureza em Portugal
- ✓ inclui as áreas de pouso e de alimentação dos casais de Águia-imperial-ibérica, incluindo as áreas de alimentação do casal com ninho no interior da atual ZPE
- ✓ inclui o habitat potencial de nidificação de Águia-imperial-ibérica na área
- ✓ inclui o habitat potencial de alimentação e nidificação de várias espécies que estiveram na origem da designação a área como ZPE

e:

- ✓ inclui habitat estepário com expressão relevante no contexto regional

sendo que:

- ✓ contribui para a constituição de uma rede coerente de áreas para a conservação da Águia-imperial-ibérica cuja distribuição se estende ao longo da região de fronteira na continuidade geográfica da sua ocorrência em Espanha.

Tendo presente estes factos, propõe-se alargar a atual ZPE para os limites apresentados na Figura 14, constituindo uma alteração dos limites da atual ZPE TIEP dos atuais 24.406 ha para 85.973 ha.

Salienta-se que a atual proposta deixa de fora o ninho mais afastado do núcleo central de ninhos de Águia-imperial-ibérica, localizado na freguesia de Orca.

A delimitação proposta baseou-se em elementos biofísicos e administrativos (Fig. 15), cuja área abrangida contém as espécies de aves e as áreas mais importantes para a sua sobrevivência ao longo do seu ciclo de vida, a seguir identificados:

- a leste pela fronteira com Espanha
- a oeste, em parte pelo limite do PNTI e por caminhos
- a sul pelo rio Tejo
- a norte: i) pela EN 340, ii) pelo limite sul da Freguesia do Ladoeiro, excluindo parte da área de regadio do Ladoeiro, iii) pela estrada terciária que sai da EN240 na direção de Salvaterra do

Extremo até cruzar o limite do PNTI o qual segue até à fronteira. Excluiu-se as áreas urbanas da Zebreira e do Ladoeiro.

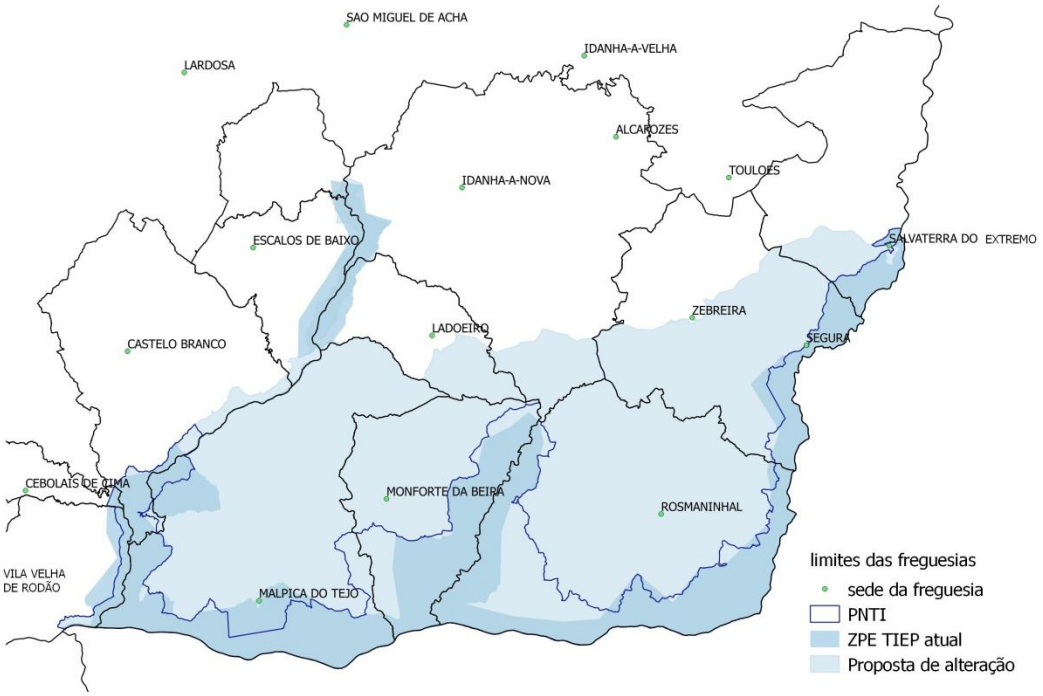


Figura 14. Área proposta para alteração dos limites da ZPE TIEP em relação à atual ZPE TIEP.

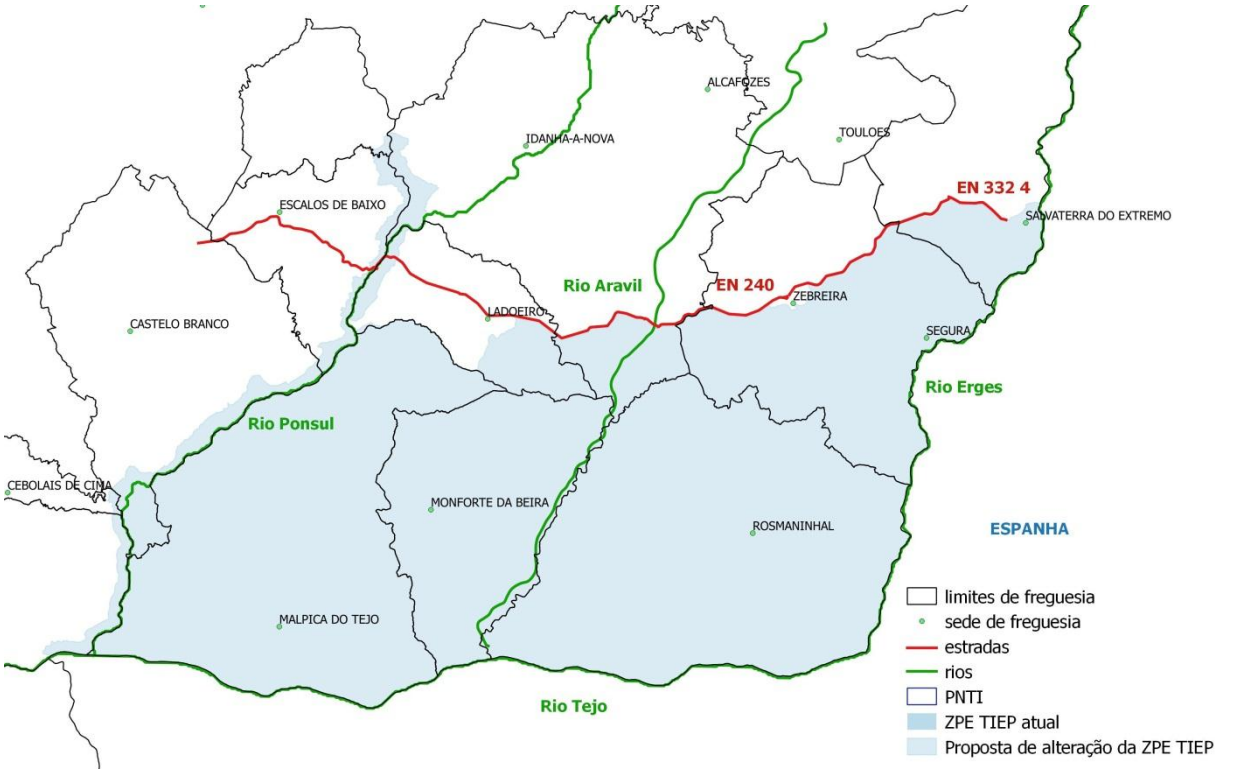
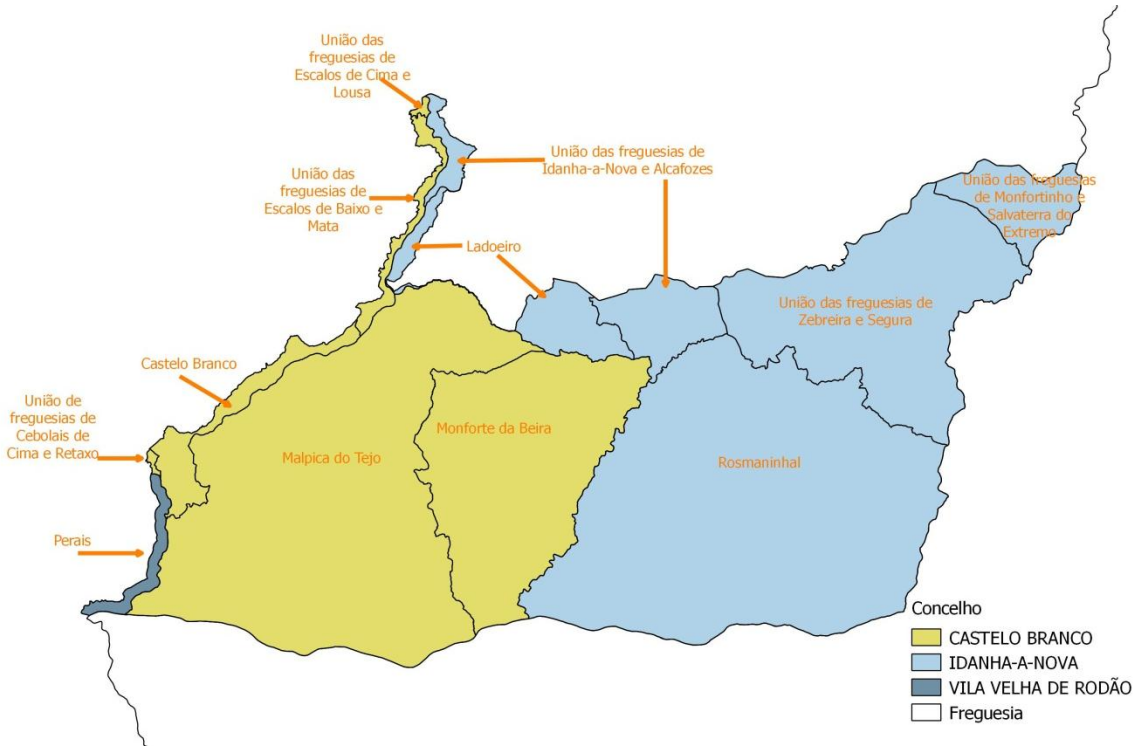


Figura 15. Elementos biofísicos e administrativos usados na delimitação da proposta de alteração da ZPE TIEP.

Informação geográfica sobre a área abrangida pela proposta de alteração da ZPE TIEP

Em termos dos concelhos abrangidos (Fig. 16), estes são os mesmos da atual ZPE, estando quantificada na tabela abaixo a área abrangida por concelho. Na figura 16 também se pode identificar as freguesias abrangidas pela proposta de alteração da ZPE TIEP, as quais são as mesmas abrangidas pela atual ZPE.



Concelho	Concelho Classificado após alteração da ZPE (% e área)	ZPE proposta por Concelho
Castelo Branco	27,3% - 39.270 ha	45,7%
Idanha-a-Nova	32,5% - 46.050	53,6%
Vila Velha de Ródão	1,19% - 653	0,76%

Figura 16. Concelhos e freguesias abrangidos pela área proposta de alteração dos limites da ZPE TIEP, com indicação da percentagem do concelho abrangida pela proposta de alteração da ZPE TIEP.

Resumo da informação avifaunística presente na área abrangida pela atual proposta de alteração da ZPE TIEP

A tabela 3 sumariza a categoria de ameaça das espécies consideradas mais relevantes bem como os valores de abundância conhecidos na área que se propõe alargar, relativamente aos já incluídos na atual ZPE TIEP.

Da análise da Tabela 3, constata-se a importância não só da nova área proposta para as espécies em causa como também do incremento significativo na proteção das áreas usadas pelas diversas espécies relativamente à situação atual.

Tabela 3. Resumo que identifica as espécies prioritárias que justificam a alteração dos limites da ZPE, sua categoria de ameaça e abundância na área abrangida pela atual ZPE TIEP e pela ZPE alargada e ainda o contributo relativo da ZPE alargada no contexto nacional.

Categoria de ameaça segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al* 2005).

Fonte da informação sobre a população nacional: [1.] Equipa Atlas 2008. Atlas das Aves Nidificantes em Portugal [2.] EIONET (2014). National Report of Portugal for Article 12 of Birds Directive, for the period 2008-2012. Annex 2: Bird species' status and trends reporting format for the period 2008-2012.; [3.] LVVP (2004); [4.] GTAI

Sombreado: espécies com tendência de longo prazo negativa. Fonte da informação no TI: ver Anexo I.

Espécie	Categoria de ameaça	Abundância na atual ZPE TIEP (casais)	Valores acrescidos pela ZPE alargada (casais)	Percentagem da população nacional na ZPE alargada	População nidificante nacional (data de compilação dos dados)
Águia-imperial-ibérica	CR	1	3 Território de nidificação e áreas de alimentação de todos os casais	33%	15 (2016) [4]
Abutre-preto	CR	10	1-2 Áreas de alimentação	91%	11 (2016)
Britango	EN	18	0 Áreas de alimentação	13,8%	80-84 casais (2000)[3]
Cegonha-preta	VU	23	2-4 Áreas de alimentação	25,7%	97-115 (2002-2004)[1]
Cortiçol-de-barriga-preta	EN		3-5 Locais de nidificação e invernada	Muito significativo regionalmente ; núcleo isolado	258 ind. [1.]
Sisão	EN		5-15 machos territoriais Locais de nidificação e invernada de uma proporção muito significativa da população regional	Significativo regionalmente ; núcleo isolado	17500 machos [1].
Ganga	CR	8-10	Áreas de alimentação, inclusão da totalidade da área de nidificação e única área provável de invernada em Portugal	100%	13-17 (2013)
Tartaranhão-caçador	EN		Áreas de nidificação 3 a 5 casais		Não estimada
Adicionalmente:					
Águia-real	EN	8	0-1 Áreas de alimentação de todos os casais	12,5%	64-80 casais (2012)[2]
Águia de *Bonelli*	EN	7	0-1 Áreas de alimentação de todos os casais	5,4%	128-150 (2012)[2]
Calhandra-real	*NT*	*2-5 (em pré-extinção)*	*várias dezenas de casais (totalidade da população e inclusão das principais áreas de nidificação na região*	*Muito significativo regionalmente ; núcleo isolado*	-

Bibliografia consultada

Cabral MJ (coord.), Almeida J, Almeida PR, Dellinger T, Ferrand de Almeida N, Oliveira ME, Palmeirim JM, Queirós AI, Rogado L & Santos-Reis M (eds) (2005). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. ICN. Lisboa 660pp.
EIONET (2014). National Report of Portugal for Article 12 of Birds Directive, for the period 2008-2012. Annex 2: Bird species' status a nd trends reporting format for the period 2008-2012.
ICNF; 2016. "Relatório Técnico de Progresso da Ação D5 – Prospeção de Águia-imperial-ibérica na área de distribuição da população nidificante". LIFE IMPERIAL, ICNF, Sintra.
Nunes M. (2013). Situação da Águia-imperial-ibérica em Portugal – épocas de 2012 e 2013. Relatório não publicado. ICNF. Lisboa.
Nunes M., Pacheco C., Carrapato C., Rocha P. e Queirós F. (2011). Situação da Águia-imperial-ibérica em Portugal – época de reprodução de 2011. Relatório não publicado. ICNB. Lisboa.
Nunes M., Pacheco C., Carrapato C., Rocha P. e Queirós F. (2011). Situação da Águia-imperial-ibérica em Portugal – época de reprodução de 2010. ICNB. Lisboa.
Nunes M., Pacheco C., Carrapato C., Rocha P. e Queirós F. (2009). Situação da águia – imperial em Portugal – época de reprodução de 2009. ICNB. Lisboa.
Nunes M., Pacheco C., Carrapato C., Rocha P. e Queirós F. (2008). Situação da águia – imperial em Portugal – época de reprodução de 2008. ICNB. Lisboa.
Pacheco, C. 2001. Monitorização das populações de aves rupícolas ameaçadas no Parque Natural do Tejo Internacional e áreas envolventes. ICN, Relatório não publicado.
Pacheco, C. 2002(a). *Portugal: resultados por distrito in* Del Moral, J.C. & Martí, R. (Eds.) 2002. *El Alimoche Común en España y Portugal (I Censo Coordinado). Año 2000*. Monografia nº 8. SEO/BirdLife. Madrid.
Pacheco, C. 2002(b). Monitorização das populações de aves rupícolas ameaçadas no Parque Natural do Tejo Internacional e áreas envolventes. ICN, Relatório não publicado.
Pacheco, C. 2013. Monitorização de aves no âmbito da ITI do Tejo Internacional (2008 a 2010). Relatório não publicado. Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. Castelo Branco.

ANEXO I Métodos de obtenção dos dados da envolvente da ZPE TIEP

A informação de suporte subjacente à presente proposta resulta do trabalho efetuado pelos elementos do PNTI e por Carlos Pacheco, bem como por colaboradores da ONG Quercus, tais como Samuel Infante, ou ainda Roberto Sanchez. Na tabela abaixo encontram-se os métodos e períodos a que se refere a informação recolhida.

Espécie	Métodos de recolha da informação apresentada sobre a espécie	Período a que se refere a informação apresentada	Autoria de recolha dos dados
Águia-real *Aquila chrysaetos*	Monitorização regular dos ninhos conhecidos; prospeção regular de novos territórios	2001-2016	.PNTI .Carlos Pacheco .Roberto Sanchez .Samuel Infante (Quercus), Mãe d'Água, Lda.
Águia-imperial-ibérica-ibérica *Aquila adalberti*	Monitorização regular de todos os ninhos conhecidos; prospeção contínua de novas zonas de ocorrência da espécie.	2003-2016	
Águia de Bonelli *Aquila fasciata*	Monitorização regular dos ninhos conhecidos; prospeção com alguma regularidade de novos territórios	2003-2016	
Abutre-preto *Aegypius monachus*	Monitorização regular dos ninhos conhecidos e prospeção de novos territórios	2010-2016	
Britango *Neophron percnopterus*	Monitorização regular dos ninhos conhecidos entre 2000-2008 e em 2013 Monitorização irregular desde 2014	2000-2016	
Cegonha-preta *Ciconia nigra*	Monitorização regular dos ninhos conhecidos entre 2000-2008 e em 2013 Monitorização irregular desde 2014	2000-2016	
Cortiçol-de-barriga-branca *Pterocles alchata*	Monitorização regular das áreas de nidificação conhecidas; prospeção pontual de novas áreas	2000-2016	